



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação
Coordenadoria de Pesquisa e Acompanhamento Docente – CPAD
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Curricular

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO DE DISCIPLINAS

1. Curso: Direito.		2. Código: 14 e 15	
3. Modalidade(s): Bacharelado(<input checked="" type="checkbox"/>) Licenciatura(<input type="checkbox"/>) Profissional(<input type="checkbox"/>) Tecnólogo(<input type="checkbox"/>)			
4. Currículo (Ano/Semestre): 2007.1			
5. Turno(s): <input checked="" type="checkbox"/> Diurno <input type="checkbox"/> Vespertino <input type="checkbox"/> Noturno <input checked="" type="checkbox"/>			
6. Unidade Acadêmica: Faculdade de Direito			
7. Departamento: Direito Público			
8. Código PROGRAD: DB 103A			
9. Nome da Disciplina: Direito Ambiental			
10. Pré-Requisitos: Não possui pré-requisitos.			
11. Carga Horária / Número de Créditos:			
Duração em Semanas:		Carga Horária Semanal: 04 h/a	Carga Horária Total: 64 h/a
16 Semanas			
Teórica: <input checked="" type="checkbox"/>		Prática: <input type="checkbox"/>	
Número de Créditos: 04		Semestre: Indefinido	
12. Caráter de Oferta da Disciplina: <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/>			
13. Regime da disciplina: <input type="checkbox"/> Anual <input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/>			
14. Justificativa: Demonstrar a relevância do Direito Ambiental na sociedade contemporânea, desenvolvendo no aluno o espírito crítico e reflexivo sobre os temas ambientais da atualidade. Apresentar e discutir, criticamente e de forma integrada, os principais aspectos do Direito Ambiental, fornecendo-lhe elementos básicos sobre tutela jurídico-ambiental, políticas públicas, medidas protetivas, punitivas e sócio-educativas aplicadas ao Meio Ambiente. Fomentar no aluno a capacidade de análise jurídica das questões sociais e urbanas, com uma preocupação ambiental, de modo a torná-lo apto a desenvolver-se neste ramo do direito que renova o atual sistema jurídico ao apresentar questões de interesses difusos, com comprometimento e articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.			

15. Ementa: Relação Homem e Meio Ambiente: Origens Históricas da Crise Ambiental. Desenvolvimento e Sustentabilidade. Principais Tratados Internacionais sobre o Meio Ambiente. Conceitos Gerais e Classificação do Meio Ambiente. A Tutela Constitucional do Meio Ambiente. O Bem Ambiental. Os Direitos Metaindividuais. Direito Ambiental: conceito, autonomia e fontes. Princípios de Direito Ambiental. A Política Nacional do Meio Ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente. Poder de Polícia Ambiental. Licenciamento Ambiental: sua discricionariedade, procedimentos e etapas. Prevenção e Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidades pelos danos causados ao Meio Ambiente. Responsabilidade Civil Objetiva. Jurisdição Coletiva: meios processuais de defesa do Meio Ambiente. Infrações e Sanções Administrativas. Crimes Ambientais. O Meio Ambiente Artificial. A Função Socioambiental da Propriedade. Estatuto da Cidade.

16. Descrição do Conteúdo:

Unidades e Assuntos das Aulas Teóricas:	Semana	Nº de Horas-Aulas:
1. Apresentação da disciplina, objeto de estudo, bibliografia, programa e metodologia. Introdução à Temática Ambiental. Relação Homem e Meio Ambiente: Origens Históricas da Crise Ambiental. A Crise Ambiental Planetária Atual: o Custo Ambiental do Desenvolvimento. A Reorientação da Tecnologia: Preservação dos Recursos Naturais. Desenvolvimento e Sustentabilidade.	01	04
2. Consciência Ecológica: Marcos Históricos do Surgimento da Preocupação com o Meio Ambiente. Principais Tratados Internacionais sobre o Meio Ambiente. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (ECO-92); Agenda 21 Internacional e Brasileira; Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (Protocolo de Quioto; Convenção-Quadro sobre Diversidade Biológica (Protocolo de Nagoya).	02/03	08
3. Evolução Histórica da Legislação Ambiental Brasileira. Classificação de Meio Ambiente para o Direito. Meio Ambiente Natural. Meio Ambiente Artificial. Meio Ambiente Cultural. Meio Ambiente do Trabalho.	04/05	06
4. O Direito e a Proteção Ambiental. O Direito Ambiental no Brasil. Conceito de Direito Ambiental. Conceito de Meio Ambiente para o Direito. Conceitos norteadores do Direito Ambiental. Metodologia, Autonomia e Fontes do Direito Ambiental. Princípios Gerais do Direito Ambiental.	05/06	04

5. A Proteção Constitucional do Meio Ambiente. O Bem Ambiental. Análise do Art. 225 da CF/88. A Evolução Histórica de Nosso Sistema Jurídico: do Antigo Binômio Bem Privado x Bem Público à Realidade do Século XXI: Os Direitos de Massa. Direitos Metaindividuais: Conceito de Direito Difuso, Direito Coletivo e Direito Individual Homogêneo. A distinção entre Bem Público e Bem Ambiental.	06/07	06
6. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei n. 9985/00). Conceito das Unidades de Conservação. Categorias de Unidades de Conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.	08	02
7. A Política Nacional do Meio Ambiente e seus Instrumentos (Lei 6938/81). Composição do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Resoluções do CONAMA. Responsabilidades pelos danos causados ao Meio Ambiente: aspectos gerais (analisadas individualmente mais adiante). Dano e Reparação. Previsão Constitucional: Cumulatividade das Sanções. A Responsabilidade Civil Objetiva por Danos Causados ao Meio Ambiente.	08	02
8. Tutela Administrativa do Meio Ambiente: Poder de Polícia Ambiental. Licenciamento Ambiental: sua discricionariedade, procedimentos e etapas. Diferenças entre Licença Administrativa e Licença Ambiental. Licenças Ambientais: conceitos, prazos e hipóteses de revogação. Competência para Licenciar. Estudos Ambientais para o Licenciamento. A exigência Constitucional do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - RIMA. Audiência Pública: conceito, função e hipóteses de ocorrência. Formas de Atuação da Sociedade na Análise de Projetos.	09/10	08
Primeira Avaliação Individual e Segunda Chamada	11	04
9. Tutela Civil do Meio Ambiente: Responsabilidade Civil em Matéria Ambiental. Dano Ambiental. Formas de Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Civil e Dano Ambiental. Teoria Subjetiva e Objetiva. Responsabilidade Objetiva por Dano Ambiental. Teoria do Risco Integral e sua Aplicabilidade.	12	02
10. Tutela Processual do Meio Ambiente. A Jurisdição Civil Coletiva: conceito e seus aspectos processuais. Ação Civil Pública Ambiental (Lei 7.437/85). Ação Popular Ambiental. Mandado de Segurança Ambiental. Mandado de Segurança Coletivo Ambiental. Mandado de Injunção Ambiental.	12/13/14	08

11. Infrações Administrativas e Processo Administrativo. Sanções Administrativas (Lei nº 9.605/98 e Decreto nº 6.514/08).	14	02
12. Tutela Penal do Meio Ambiente: Criminalização de Condutas e Atividades Degradantes do Meio Ambiente. Responsabilidade Penal Ambiental na Constituição Federal. Crimes Ambientais (Lei 9.605/98). Sujeitos do Crime Ambiental e Sanções Penais. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.	15	04
13. O Meio Ambiente Artificial: A Cidade. Análise do Novo Conceito de Propriedade Privada no Brasil. Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Plano Diretor. Usucapião. Desapropriação.	16	04
Segunda Avaliação Individual e Segunda Chamada	17	04
Avaliação Final	18	02

17. Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

_____. Manual de Direito Ambiental: (Discussão de Casos para Cursos Universitários com Provas de Concursos). 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Hermenêutica Jurídica Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes e LEITE, José Rubens Morato (organizadores). Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio. Curso de direito ambiental brasileiro. 10.ed. São Paulo: Saraiva 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 17. ed. São Paulo. Malheiros 2009.

MILARÉ, Édís. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SILVA, José Afonso. Direito ambiental constitucional. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SÉGUIN, Elida. O Direito Ambiental: nossa casa planetária. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 7. ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

18. Bibliografia Complementar:

AHMED, Flávio e COUTINHO, Ronaldo (coordenadores). Cidades Sustentáveis no Brasil e sua Tutela Jurídica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

ÁVILA, EDNA LEITE e ALMEIDA, F. MONTEIRO. O Estudo do impacto ambiental. Licenciamento, Responsabilidade Criminal. Revista do Ministério Público. Porto

Alegre-RS.

AZEVEDO, ÁLVARO VILLAÇA. Proposta de Classificação da Responsabilidade Objetiva: Pura e Impura. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BENJAMIN, Antonio Hermam. Estudo do impacto ambiental e Ministério Público. 7º Congresso Nacional do Ministério Público, Belo Horizonte. AAMP/CONAMP.

_____. Os princípios do estudo do impacto ambiental como limites da discricionariedade administrativa. Rio de Janeiro: Revista Forense.

CAPPELLI, Sílvia. O Estudo do Impacto Ambiental na realidade brasileira. Rio Grande do Sul. Revista do Ministério Público nº 27.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1989.

COUTINHO, Ronaldo e ROCCO, Rogério (organizadores). O Direito Ambiental das Cidades. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. Pensar Globalmente y actuar localmente: El Estado Transnacional Ambiental de Ulrich Beck. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2008.

CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (organizadores). Avaliação e Perícia Ambiental. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2010.

DANTAS, Marcelo Buzaglo; SÉGUIN, Élide; e AHMED, Flávio (coordenadores). O Direito Ambiental na Atualidade: Estudos em Homenagem a Guilherme Purvin de Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris: 2010.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. A Propriedade no Direito Ambiental. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GORDILHO, Heron José de Santana. Direito Ambiental Pós-moderno. Curitiba: Juruá, 2009.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Introdução ao Direito Processual Constitucional. Porto Alegre: Síntese, 1999.

MILARÉ, Édís. A gestão ambiental em foco. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZILLIA, Hugo Nigro. Defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural e outros interesses. 18. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Claudia Alves de. Meio Ambiente Cotidiano: A Qualidade de Vida na Cidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora: 2008.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. Difusos e Coletivos: Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PROCOPIO, Argemiro. Subdesenvolvimento Sustentável. 4. Ed. Curitiba: Juruá Editora: 2009.

SARNO, Daniela Campos Libório Di; DALLARI, Adilson de Abreu. Direito urbanístico e ambiental. São Paulo: Fórum, 2007.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

_____. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SOARES, Virgínia Prado Soares. Meio Ambiente e orçamento público in Desafios do Direito Ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

TEIXEIRA, Maiana Maia; RIGOTTO, Rachel Maria. O Estado e a acumulação de capital: a expansão do agronegócio e de seus impactos socioambientais - sobre os ombros de gigantes benefícios estatais. Fortaleza: UFC, 2010.

TEIXEIRA, Maiana Maia; RIGOTTO, Rachel Maria; CARNEIRO, Fernando Ferreira. A mão que afaga é a mesma que apedreja: incentivos do Estado à expansão do agronegócio no campo e aos impactos na saúde, ambiente e trabalho. Fortaleza: UFC, 2010.

KISHI, Sandra Akemi Shimada ; SILVA, Solange Teles da ; e SOARES, Inês Virgínia Prado (organizadoras). Desafios do Direito Ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

19. Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação da aprendizagem do aluno é feita por meio da aplicação de três provas (1ª e 2ª avaliações parciais, e uma avaliação final), bem como pela aferição da participação do aluno nas atividades acadêmicas.

20. Observações:

21. Aprovação do Colegiado da Coordenação do Curso:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ | Data de Aprovação: : ____/____/____

Coordenador(a) de Curso
(Assinatura e Carimbo)

22. Aprovação do Colegiado Departamental:

Nº da ata da Reunião: ____/____/____ | Data de Aprovação: : ____/____/____

Chefe(a) do Departamento
(Assinatura e Carimbo)

23. Aprovação do Conselho de Centro / Faculdade / Instituto / Campus:

Nº da ata da Reunião: ____ / ____ | Data de Aprovação: : ____ / ____

Diretor(a)
(Assinatura e Carimbo)

23. Aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

Nº da ata da Reunião: ____ / ____ | Data de Aprovação: : ____ / ____

Presidente(a) do Conselho
(Assinatura e Carimbo)